

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

e-mail de contato: controleinterno@luzerna.sc.gov.br

Responsável pelo Controle Interno: Vanusca Denize da Silva

Este relatório refere-se à(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s):

Prefeitura Municipal de Luzerna, Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, Câmara Municipal de Luzerna e Controle Interno do Município de Luzerna.

I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)

No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura: Uma unidade, única para todos os Poderes: existe apenas um Órgão Central de Controle Interno responsável pelo Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional: Chefe do Poder Executivo - Prefeito(a)

O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/l/luzerna/lei-complementar/2003/4/34/lei-complementar-n-34-2003-dispoe-sobre-a-instituicao-no-municipio-de-luzerna-sc-do-sistema-de-controle-interno-do-poder-executivo-nos-termos-dos-arts-31-70-e-74-da-constituicao-federal-art-113-ii-da-constituicao-do-estado-de-santa-catarina-os-arts-41-47-e-48-da-lei-organica-do-municipio-de-luzerna-sc-e-da-outras-providencias?q=34>

A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: 1 Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; 0 efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; 0 Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; 0 Servidores temporários e 0 estagiários.

No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? Não. - .

Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes: Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; Acompanhamento da execução de contratos, convênios e similares; Exame da legalidade das horas extras concedidas e adequação dos pagamentos realizados; Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal em cargo efetivo e por tempo determinado Exame da regularidade envolvendo a movimentação de pessoal (cessão, relocação, readaptação) Exame de prestações de contas de diárias; Exame de prestações de contas de adiantamentos; Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual; Avaliação da execução dos orçamentos anuais (LOA e/ou Leis de Créditos Adicionais); Acompanhamento do controle e guarda de bens patrimoniais;

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

Os seguintes sistemas são informatizados:

- **Sistema de controle patrimonial:** Totalmente informatizado
- **Sistema de almoxarifado:** Totalmente informatizado
- **Sistema informatizado de planejamento orçamentário:** Totalmente informatizado

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município:

Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais: **Bom**

Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende dos gestores: **Excelente**

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias: **Razoável / Satisfatório**

Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada: **Razoável / Satisfatório**

Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades: **Bom**

Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação: **Bom**

Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados: **Razoável / Satisfatório**

Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação: **Bom**

Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas: **Bom**

II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício? Sim

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da situação?	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?
Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social	Adiantamento para motoristas da Saúde para aquisição de	0,00 0,00 0,00 0,00	Recomendação de licitar combustível na região da Grande	Licitação foi realizada e contrato com Posto de Combustível na

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social Prefeitura Municipal	combustível nas viagens em Tratamento Fora de Domicílio. Controle de Frota Agentes Comunitários de Saúde Cedência de Servidora para T.R.E. Auditoria Interna Setor de Patrimônio e Almoxarifado Setor de Patrimônio e Almoxarifado Situações irregulares junto ao Setor de Obras e Infraestrutura do Município. Abono Indenizatório pago a parte dos servidores municipais. Acidente com máquina do setor de obras com dano material à particular.	0,00 0,00 0,00 0,00 R\$ 311,50	Florianópolis para abastecimento dos veículos oficiais em viagem. Recomendação de aquisição de um sistema de rastreamento GPS para veículos oficiais visando um controle mais efetivo. Recomendação para realocação dos Agentes Comunitários de Saúde nas micro áreas de suas residências. Parecer recomendando retorno de servidora cedida ao TRE desde junho de 2007, ou seja, por 11 anos e 4 meses ininterruptos. Realização de Auditoria de conformidade no Setor de Fiscalização de Tributos, Obras e Posturas, com recomendações de atualização da planta genérica de valores e dos m ² dos imóveis do município, planejamento junto ao fiscal de obras e tributos para agenda de fiscalização, criação de um cargo para agente de obras.	região foi assinado em maio de 2018. Compra direta realizada com empresa de rastreamento veicular para os veículos da Secretaria de Saúde pelo período de maio à novembro de 2018. Em novembro realização de licitação para ampliação do serviço, possibilitando o atendimento à toda a frota municipal. Sem retorno por parte do Gestor. Foi enviado ofício com parecer solicitando retorno da servidora. Em ofício resposta o Juiz da 18 ^o Zona Eleitoral solicitou reconsideração com fulcro na Resolução TSE nº 23.523/2017 que prevê o prazo de cedência por até 05 anos e considera o prazo de cedência a partir de 04 de julho de 2016. Reconsideração deferida pelo Chefe do Executivo. Está sendo estudado um novo plano de carreira para os servidores onde será criado
---	--	--	---	--

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

			<p>Recomendação da criação de regulamentação para o Setor de Patrimônio e Almoxarifado. Recomendação, junto ao Setor de Patrimônio, da necessidade de atualização dos Termos de Responsabilidade dos Bens Móveis e Imóveis.</p> <p>Alerta conjunto do Controle Interno e das Comissões de PAD aos Secretários de Governança e Gestão e de Infraestrutura sobre situações que ocorrem no setor de obras que envolvem: segurança do trabalho e possíveis desvios de funções.</p> <p>Parecer conjunto sobre Abono Indenizatório pago a parte de servidores Municipais.</p> <p>Necessidade de cômputo para despesas com pessoal, incidência de IR e INSS.</p> <p>Recomendação de ressarcimento ao munícipe por dano causado à propriedade particular e restituição aos</p>	<p>um novo cargo para Fiscal de Obras e Posturas, com o objetivo de sanar parte das recomendações para o setor.</p> <p>Criação da regulamentação do Setor de Patrimônio e Almoxarifado. Lei Complementar nº 196/2018 e Decreto nº 2651/2018.</p> <p>Está sendo providenciado, no software patrimônio, a atualização dos Termos de Responsabilidade. Gestores cientes da situação.</p> <p>Em análise da gestão para término do abono indenizatório. O mesmo vem sendo computado como despesa de pessoal e incide o IR e o INSS.</p> <p>Servidor responsável pelo ato assinou Termo Circunstanciado Administrativo e autorizou desconto em folha para ressarcimento ao erário.</p>
--	--	--	--	--

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

			cofres públicos pelo servidor.	
--	--	--	--------------------------------	--

Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras? Não

Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? Não.

Em relação à gestão de riscos:

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão **Parcialmente** formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? **Totalmente**;

Sobre a execução orçamentária e contábil:

Não ocorreram irregularidades na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do município e Sistema e-Sfinge;

Não ocorreram irregularidades na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;

Não ocorreram irregularidades na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) na Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA;

Não foram realizados procedimentos na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) na Análise de procedimentos afetados à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc);

III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo

Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? **Não**

Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

--	--	--	--	--	--

Avaliação conclusiva: avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? Não

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? **Sim**

Unidade Gestora em que convênio foi firmado	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos transferidos	Situação da análise da prestação de contas do instrumento
Prefeitura Municipal Prefeitura Municipal	Termo de Convênio de Cooperação Financeira	Lei municipal nº 1012/2011 005/2018 008/2018	CCusteio de despesas de manutenção sendo assim	R\$ 26.521,20 R\$ 17.100,00 R\$ 100.000,00 R\$ 13.680,00	Prestação de contas em andamento. Prestação de

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

			<p>Destinada à consecução de finalidade de interesse público e recíproco, mediante a realização do projeto “Plante Mais”.</p> <p>Destinada ao desenvolvimento cultural através da dança.</p> <p>Destinada à decoração natalina nas avenidas e na praça central e realização de shows para confraternização entre família e comunidade.</p> <p>Incentivo, por meio de atividades sociais e de rendimento destinados às crianças e adolescentes, a formação de atletas com padrão técnico, tático, físico e cognitivo, objetivando a transformação destes em futuros atletas profissionais.</p> <p>Repasse financeiro, para manter a qualidade de vida, a inclusão social e o desenvolvimento do</p>		
--	--	--	--	--	--

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

			<p>potencial dos cidadãos atendidos pela Entidade, incluindo o atendimento de educandos luzernenses com deficiência intelectual e múltipla</p> <p>Destinada à manutenção do funcionamento da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas de Herval d'Oeste.</p> <p>Contribuição para atendimento de urgência e emergência dos habitantes do município, no serviço de urgência e emergência do HUST, através de escala de sobreaviso das especialidades</p> <p>Contribuição para assegurar ao idoso institucionalizado, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, saúde, alimentação, educação, cultura, lazer, cidadania, liberdade, dignidade,</p>		
--	--	--	---	--	--

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

			respeito e convivência familiar e comunitária.		
--	--	--	--	--	--

VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno? Não

Critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação:

Número do Processo de Licitação	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de contratação	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de irregularidade, se houver

Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:

- Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada;
- Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas;
- Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório;
- Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório;
- Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas;
- Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital:

- Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições:

VII - Avaliação da gestão de recursos humanos

Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? Sim.

Procedimentos realizados:

Pareceres das contratações de servidores efetivos e temporários. 01/01/2018 à 31/12/2018. Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde

Análise da regularidade/pendência das férias dos servidores. 01/01/2018 à 31/12/2018. Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde

Revisão da documentação necessária para requerimentos, justificativas e solicitações dos servidores para padronização. 01/01/2018 à 31/12/2018. Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual): Atuação razoável da gestão
- Controle de horas extras pelos gestores: Atuação razoável da gestão
- Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e Assessoramento: Atuação razoável da gestão
- Realização de cursos de capacitação pelos servidores: Pouca atuação da gestão
- Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores: Excelente atuação da gestão
- Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores: Pouca atuação da gestão
- Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos: Pouca atuação da gestão
- Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório: Atuação razoável da gestão
- Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social: Atuação razoável da gestão
- Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças): Atuação razoável da gestão
- Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções públicas: Atuação razoável da gestão
- Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal: Atuação razoável da gestão
- Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha de pagamento: Pouca atuação da gestão

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)? Não

Tipo (Determinação ou Recomendação)	Número do Acórdão	Assunto da Decisão	Situação	Justificativa do Gestor, se houver

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade? Não

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo

X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência? **Não**

Renegociação realizada, **se houver**:

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:
- Outras condições de pagamento pactuadas:

XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ? **Sim**.

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? **Sim**.

XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.

Elaboração de Instruções Normativas relativas à prestações de contas de diárias e adiantamentos, regulamentação para contratação de estagiários, regulamentação para manutenção e conserto de veículos oficiais, regulamentação para contratações e rescisões de servidores efetivos e temporários, regulamentação sobre multas de trânsito. Elaboração de um "Manual para os Servidores Municipais". Realização de uma Auditoria de Conformidade no Setor de Fiscalização de Tributos, Obras e Posturas. Revisão do Plano de Carreira dos servidores efetivos municipais e atualização dos quesitos necessários para as Avaliações dos Estágios Probatórios e Avaliações de Desempenho.